

**86ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC
ATA 86/2024**

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Data: 13/03/2025	Plataforma On-line google pelo link: meet.google.com/xnk-nkfh-tac Gravação: https://youtube.com/live/Zi_7f28G_c?feature=share	Horário: 14 horas
---------------------	---	----------------------

PARTICIPANTES CONSELHEIROS

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	A
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	F
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	F
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P

Mirella Ilta Machado da Silva	Suplen te	Govername ntal	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J -outra agenda de trabalho
Katia Freitas da Silva	Suplen te	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J - férias
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	J - sem acesso a internet
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	J - sem acesso a internet
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	J - outra agenda de trabalho
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Rogério Manoel Corrêa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Lucilene Binsfeld	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J - saúde
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	J - outra agenda de trabalho
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	J - outra agenda de trabalho
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	J - outra agenda de trabalho
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F

Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	J
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	J - saúde
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Mirian Pedroso	Momento de Formação - Conferência Nacional de Direitos Humanos
Josciane Locateli de Souza	membro da Comissão de Violências

Ordem do Dia:

1. Abertura; 2. Espaço de Formação; 3. Levantamento de quórum; 4. Leitura e aprovação da ordem do dia; 5. Justificativas de ausências; 6. Aprovação da Ata 86º; 7. Devolutiva das ações da plenária anterior; 8. Minuta do Edital 01/2025 de convocação da Sociedade Civil para compor o CEDH-SC - biênio 2025/2027; Momento das Comissões: 9. Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões) 10. Comissão de Soluções Fundiárias; 11. Comissão LGBTI +; 12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos; 13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação; 14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua 15. Comissão de Comunicação; 16. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	A presidenta Erli Camargo (FINER) deu início à reunião desejando boas-vindas. Em seguida, a secretária do CEDH, Mônica Lipski, realizou a leitura da convocatória, dando prosseguimento à reunião.
2. Espaço de Formação - Conferência Nacional de Direitos Humanos	A Presidenta Erli, com o auxílio de slides, informou que participou de uma apresentação do Conselho Nacional de Direitos Humanos a respeito dos preparativos para a 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que ocorrerá em dezembro de 2025. Ela apresentou a linha do tempo da fase preparatória da Conferência, iniciada em dezembro de 2023, e destacou que a Conferência é um espaço democrático de diálogo e participação social, que visa debater e propor políticas públicas para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. Mencionou que em 2024 o CEDH-SC já fez a Conferência Estadual, porém será necessário realizar alguns ajustes. O objetivo geral da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos é promover um espaço de diálogo plural, democrático e participativo para a formulação de diretrizes que subsidiem a construção e implementação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH) robusto e eficaz. A conferência busca consolidar um pacto nacional que reforce os compromissos do Brasil com a garantia dos direitos fundamentais. Tema: por um sistema nacional de Direitos Humanos: Consolidar a Democracia, Resistir aos retrocessos e avançar na garantia de Direitos para todas as pessoas. Eixo 1: Enfrentamento das violências e retrocessos; Eixo 2: Democracia e Participação Popular; Eixo 3: Igualdade e Justiça Social Eixo 4: Sustentabilidade e Desenvolvimento Humano Eixo 5: Agenda Internacional de Direitos Humanos Eixo 6: Fortalecimento da institucionalidade na promoção e proteção de Direitos Humanos. Nesse momento está sendo realizada a consulta pública de 11 a 25 de março de 2025 através no link: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/participacaodireitoshumanos.
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Foi feita a leitura e aprovada.
5. Justificativas de ausências;	Fabiana de Souza - SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - outra agenda de trabalho; Katia Freitas da Silva - SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - férias; Vanessa Regina Ostrowski - Instituto do Meio Ambiente - sem acesso a internet; Marco Aurélio Maia Liberato - Instituto do Meio Ambiente - sem acesso a internet;

	Maria Del Carmen Cortizo - IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina - outra agenda de trabalho; Lucilene Binsfeld - CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores - saúde; Cláudia Semensato Andrieux - Instituto Arco-Íris - outra agenda de trabalho; Nalá Ayalén Sánchez Caravaca - Instituto Arco-Íris - outra agenda de trabalho; Gabriela Rabello - CRP12 - saúde; Ivone Maria Perassa - Associação Pastoral do Povo da Rua - outra agenda de trabalho;
6º. Aprovação da Ata 85	Aprovada.
7.Devolutiva das ações da plenária anterior;	86ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 13/02/2025 Aprovação das Ata 85 de 2024 Todas aprovadas e publicadas em https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20 5. Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação: células nazistas - A apresentação da professora Luana Renostro Heinen está disponível neste link: https://www.canva.com/design/DAGfACw3FSo/NENhbnhiwnkkjYlo uOTSOg/edit?utm_content=DAGfACw3FSo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton https://www.canva.com/design/DAGfACw3FSo/NENhbnhiwnkkjYlo uOTSOg/edit?utm_content=DAGfACw3FSo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. Formação da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil: A Comissão Eleitoral será composta por 2 (dois) representantes governamentais, e 2 (dois) representantes da Sociedade Civil, nominados a seguir: I – Conselheiros/as das Organizações da Sociedade Civil: 1 – Erli Aparecida Camargo 2 – Rogério Manoel Corrêa II – Conselheiros/as Governamentais: 1 – Fabiana de Souza 2 – Marcos Leandro Espindula Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho. O conselheiro Nasser justificou sua ausência, sendo que a Resolução que regulamenta as Comissões será apresentada na próxima plenária. O conselheiro Felipe, por sua vez, informou que o processo da Nova Lei do Conselho (SAS 5019/2024) está em andamento no SGPe e que foi solicitado agilidade na tramitação. Ele também destacou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) identificou duas ressalvas: a primeira solicita que os órgãos que compõem o CEDH na nova Lei sejam consultados, e a segunda solicita uma análise do impacto financeiro da autorização para criação de Unidade Orçamentária. Comissão de Soluções Fundiárias: A conselheira Celina Rinaldi informou que a Defensoria Pública realizou uma audiência pública sobre os desafios da moradia para a faixa 1 do CadÚnico e, conforme deliberação da última plenária (dezembro), foi oficiada. Em resposta, o Defensor Público Marcelo Scherer da Silva, Coordenador do Núcleo de Habitação, Moradia e Direito à Cidade

	da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, encaminhou os seguintes documentos: a ata da Audiência Pública realizada em 11 de dezembro de 2024, a cópia da Portaria do PAC n.º 01/2025, que trata do Grupo de Monitoramento da Justiça Habitacional (GMJH), bem como a ata de sua criação. Além disso, foi criado um grupo de WhatsApp: https://chat.whatsapp.com/LlpQz072IPy7RoyHYLXJuY, no qual a conselheira está participando e colocou à disposição dos demais Conselheiros, caso alguém queira participar. Comissão LGBTI +: Não houve participantes desta comissão na reunião. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos: Encaminhar as denúncias compiladas pela senhora Josciane à Secretaria Estadual de Saúde e questionar sobre as medidas preventivas que serão adotadas. Os próximos passos incluem: a) leitura do relatório pelos membros da comissão; b) estudo e elaboração de recomendações pela comissão; c) tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação: A comissão trabalhará na estruturação do plano de Direitos Humanos para o Estado, com base nas deliberações da Conferência Estadual. A conselheira Lucilene sugeriu que a formação do GT fosse divulgada no grupo do Conselho no WhatsApp, para que os interessados pudessem se inscrever. Ressaltou a importância de mapear os Conselhos Municipais e a Rede de Apoio. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de moradia para pop rua no Estado): A vice-presidenta Ivone expressou preocupação com a situação da população em situação de rua em Santa Catarina, afirmando que o estado tem adotado uma postura de higienização, repressão e exclusão. Ela destacou que os serviços oferecidos são insuficientes, o que tem deslocado a demanda para municípios vizinhos. Reiterou a importância de a comissão agendar uma reunião com a nova secretária da SAS, efetivar o Comitê e planejar o Seminário Estadual para que as informações sejam fornecidas de forma mais transparente. A secretária Mônica informou que solicitou uma reunião com a secretária em 30 de janeiro deste ano, e que seu pedido foi recebido pelo gabinete. Agendada para o dia 08 de abril. A conselheira e gerente de direitos humanos da SAS, Fabiana, lembrou que a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMP) está com processo em tramitação, no momento, na Secretaria da Casa Civil. 13. Comissão de Comunicação; Não havia nenhum membro da comissão na reunião. 14. Informes Gerais/Agenda Livre. A secretária Mônica informou que por meio da Portaria nº 1.524, de 9 de dezembro de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania convocou a etapa nacional da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, a ser realizada de 10 a 12 de dezembro de 2025. O tema da Conferência será "Por um sistema nacional de direitos humanos: consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas". Por enquanto somente foi emitida a portaria convocatória e o CEDH está aguardando mais orientações, inclusive na eleição para Delegados Nacionais, conforme já efetuada a etapa estadual, com
--	---

	essa pendência por falta de diretrizes até o momento. A conselheira Lucilene enfatizou que o CEDH-SC já realizou a Conferência Estadual e os delegados estaduais serão eleitos a partir do que já foi realizado.
8. Minuta do Edital 01/2025 de convocação da Sociedade Civil para compor o CEDH-SC - biênio 2025/2027;	A secretária Mônica informou que a Resolução que institui a Comissão Eleitoral da Sociedade Civil Organizada para a composição do CEDH-SC na gestão 2025-2027 foi publicada. A comissão, que se reuniu para tratar da minuta do edital, trocou mensagens em um grupo do <i>WhatsApp</i> para validar o referido documento. Posteriormente, a minuta foi enviada aos conselheiros por e-mail e também pelo WhatsApp do CEDH para leitura prévia à plenária. Durante a reunião, o membro da comissão, conselheiro Marcos, reforçou o trabalho da comissão para elaboração do Edital e a minuta foi apresentada, com destaque para o cronograma das etapas. A Presidenta destacou que o Edital foi elaborado pela comissão, seguindo o modelo da Gestão 2023/2025. Em seguida, a secretária Mônica reiterou a fala da presidenta e fez a leitura do cronograma do Edital para ciência dos/as Conselheiros/as. Foi aprovado, será tramitado à Casa Civil, pois a publicação deste Edital é de competência do Governador do Estado, conforme o art. 7º, inciso II, parágrafo 3º, da Lei nº 16.534 de 23 de dezembro de 2014, alterada pela Lei nº 16.833, de 16 de dezembro de 2015. A Presidenta explicou que este Edital é destinado especificamente à sociedade civil. E solicitou a todas as pessoas presentes a divulgação.
Comissões	
09.Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);	Conforme o conselheiro Felipe, o processo da Nova Lei do Conselho (SAS 5019/2024) está em andamento no SGPe. Foi solicitado agilidade na tramitação. Estão pendentes duas questões: a primeira solicita que os órgãos que compõem o CEDH na nova Lei sejam consultados, sendo que os ofícios estão com a Secretária da SAS, para análise, e a segunda, solicita uma análise do impacto financeiro da autorização para criação de Unidade Orçamentária.
10. Comissão de Soluções Fundiárias:	A conselheira Celina, que representa a comissão, não estava presente. A secretária mencionou que recebeu algumas notificações de despachos e visitas técnicas, os quais recebe via e-mail.
11. Comissão LGBTI +;	Não houve participantes desta comissão na reunião.
12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos	A secretária Mônica explicou que não teve reunião esse mês, pois coincidiu com a terça-feira de carnaval. A Presidenta reiterou que é necessário dar celeridade aos encaminhamentos das denúncias compiladas pela senhora Josciane à Secretaria Estadual de Saúde e questionar sobre as medidas preventivas que serão adotadas. Os próximos passos incluem: a) leitura do relatório pelos membros da comissão; b) estudo e elaboração de recomendações pela

	comissão; c) tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações.
13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	O/a palestrante convidado/a para abordar o tema “desmonte do serviço público”, por sugestão da Sra. Jaqueline Maccoppi, integrante da comissão de Políticas Públicas do CEDH, não pôde comparecer devido a um imprevisto de última hora. Em vista disso, a Presidenta utilizou o tempo para tratar da Conferência Nacional de Direitos Humanos. A Presidenta mencionou que tem uma lista das organizações da sociedade civil que prestam algum serviço relacionado aos direitos humanos e passará para o CEDH divulgar às entidades o processo eleitoral gestão 2025/2027, bem como informações relativas à Conferência Nacional de Direitos Humanos.
14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de moradia para pop rua no Estado);	A Secretária informou que a conselheira Ivone está em Brasileira em uma agenda nacional sobre a população em situação de rua. A presidenta informou que foi compartilhado no grupo do conselho para conhecimento, um ofício endereçado ao Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Comitê Nacional Pop Rua, Defensoria Pública e Ministério Público estadual, endereçado à Prefeitura Municipal de Florianópolis, com os seguintes questionamentos: a) Ao Plano de ação sobre os procedimentos a serem adotados em relação ao Restaurante Popular; b) Ao Plano de ação sobre o atendimento da população em situação de rua nas três refeições diárias; c) À não publicação de decreto que objetiva penalizar as pessoas e organizações que fornecem alimentação nas ruas pois, até o momento não sabemos como a passarela suprir tais necessidades desta população; d) À garantia de dar segurança para as pessoas em situação de rua no acesso até a passarela, uma vez que, na semana de 7 a 15 de fevereiro, uma pessoa em situação de rua foi atropelada e outra pessoa foi morta por atropelamento na tentativa de fazer a travessia.
15. Comissão de Comunicação;	Não havia nenhum membro da comissão na reunião
16. Informes Gerais/Agenda Livre.	A Presidenta enfatizou que a participação nas comissões é fundamental, dada a urgência dos temas e a necessidade de respostas rápidas. Além disso, convidou os presentes para acessarem o canal do Youtube Desacato, no link: https://www.youtube.com/live/l7d-mVU8T6k?si=-DF96tmYIUeVCrPj. Lembrou que o programa "Direitos e Cidadania" receberá o senhor Daniel Paz dos Santos, representante do movimento nacional da população em situação de rua em SC, no dia 14/03, às 11:00 horas. Convidou todas as pessoas presentes para participar de uma reunião presencial na SAS, no dia 20/03, às 16:30 horas, com a Comissão que trata do Comitê e do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura em SC e com a Secretária da SAS. A pauta da

	reunião será a criação do Comitê e do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura em SC, com a presença da perita do Mecanismo Nacional, Ana Valeska Duarte.
OBSERVAÇÃO	Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=Zi_7f28G__c. A reunião foi encerrada por volta das 16 horas e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **I2P806PK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)



MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0kyUDgwNIBL> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **I2P806PK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.